

RELATÓRIO INTERCALAR CONTAS CONSOLIDADAS

11
JUNHO

Corpos Sociais em 31 de Dezembro de 2010	3
Indicadores Financeiros Consolidados	4
Relatório Único de Gestão	5
Demonstrações Financeiras	20
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	46
Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre a Informação Semestral Consolidada	47

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

José Lourenço Abreu Teixeira – Presidente
Manuel Fernando Monteiro da Silva – Vice-Presidente
António Manuel Oliveira Saramago – 1º Secretário
Maria Olívia Almeida Madureira – 2º Secretário

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Reis da Silva Ramos – Presidente
Hiroyuki Ochiai – Vogal
Miguel Silva Ramalho da Fonseca – Vogal
Maria Angelina Martins Caetano Ramos – Vogal
Salvador Acácio Martins Caetano – Vogal
Miguel Pedro Caetano Ramos – Vogal
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes – Vogal
Shigeki Enami – Suplente

CONSELHO FISCAL

José Domingos da Silva Fernandes – Presidente
Takehiko Kuriyama – Vogal
António Pimpão & Maximino Mota, SROC, representada por António Maia Pimpão – Vogal
Maria Livia Fernandes Alves – Suplente

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

José Pereira Alves, ou por Hermínio António Paulos Afonso em representação da PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,
António Joaquim Brochado Correia – Suplente

INDICADORES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

	JUN '11	JUN '10	JUN '09
VOLUME DE NEGÓCIOS	152.323.880	212.990.469	187.924.272
CASH-FLOW BRUTO	9.478.981	12.833.614	14.962.374
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	-306.744	536.939	868.145
CUSTOS COM O PESSOAL	22.582.870	24.301.392	24.345.586
INVESTIMENTO LÍQUIDO	12.076.344	21.150.433	5.336.541
VOLUME DE EMPREGO	1.778	1.933	2.018
RESULTADO LÍQUIDO COM INT MINORITÁRIOS	495.492	6.290.546	3.934.128
RESULTADO LÍQUIDO SEM INT MINORITÁRIOS	520.171	6.291.688	3.810.501
GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA	51,50%	44,06%	40,30%

Introdução

De acordo com o disposto no artigo 246º número 1 alínea b) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório intercalar a seguir apresentado, contendo por cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal uma indicação dos acontecimentos importantes ocorridos no período e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras. Simultaneamente, ainda que de uma forma sintética, são também apresentadas as principais expectativas para o 2º semestre do exercício em curso.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

Actividade Industrial

Unidade Fabril de Ovar

O primeiro semestre do exercício de 2011 ficou marcado pelo violento terramoto e tsunami ocorrido a 11 de Março no Japão e ainda pelos efeitos da crise económica mundial.

O acontecimento relativo ao tsunami levou a que a TMC (Toyota Motor Corporation) suspendesse toda a sua produção o que resultou numa quebra de fornecimento de material/peças para todas as Fábricas da Toyota. Os impactos para a Fábrica de Ovar originaram a necessidade de paragem de produção durante os meses de Maio e Junho. Esta situação levou à antecipação da manutenção anual, bem como à assinatura de um novo banco de horas entre a Empresa e todos os colaboradores com vigência até 2014.

A crise nacional e internacional, também influenciou mais uma vez negativamente a actividade da Fábrica.

Analisando os resultados, verificamos que foram produzidas na actividade Toyota 941 unidades, o que corresponde a um decréscimo de 27% face a igual período de 2010. A produção do modelo Dyna para o mercado exportação registou um decréscimo de 6% comparativamente com o 1º semestre de 2010, tendo sido produzidos 440 veículos.

A combinação de vários factores (conjunturais e estratégicos) conduziu a que fosse decidida a transferência da actividade Optimo para outra empresa do Grupo, centrando aí toda a actividade de autocarros. Toda esta movimentação foi acompanhada pela correspondente redução de pessoal.

A actividade de Transformações e PDI preparou 2.452 viaturas, o que corresponde a um decréscimo de 28% face a igual período do ano anterior.

PRODUÇÃO	2011 (JAN-JUN)	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Unidades Físicas Toyota	941	2.553	1.967	5.947	4.924	3.831	3.920
Unidades Físicas Mini Autocarros	12	91	86	154	160	132	148
Unidades Físicas Transformadas	2.452	6.316	5.677	10.046	11.682	6.865	6.726
Total Colaboradores	229	297	340	360	343	325	321

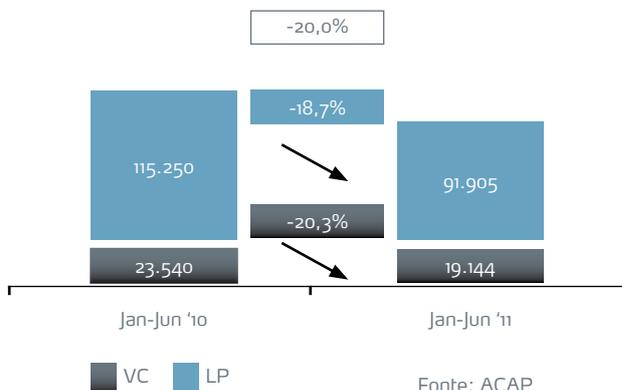
De destacar, a visita do Sr. Didier Leroy, Presidente e CEO da Toyota Motor Europe no dia 11 de Maio. Nesta visita teve a oportunidade de conhecer a realidade da Fábrica e analisar a sua situação bem como a do mercado com vista a perspectivar-se o futuro.

Uma vez mais a Fábrica de Ovar viu reconhecida a sua eficiência ambiental no 5º Toyota Global Eco Award ao alcançar a 3ª distinção consecutiva.

ACTIVIDADE COMERCIAL

Viaturas

Mercado Total



Mercado Automóvel Total

O 1º Semestre de 2011 apresenta quebras acentuadas, com o total de mercado a cair cerca de 20%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, totalizando 111.049 unidades.

A quebra nas viaturas comerciais é ligeiramente inferior à dos ligeiros de passageiros (quebra de 18,7% Vs 20,3%, respectivamente).

	JAN-JUN '10	JAN-JUN '11	VAR
RAC	9.614	13.895	+44,5%
Outros	129.176	97.154	-24,8%
TTL	138.790	111.049	-20,0%
% RAC no TTL	6,9%	12,5%	+5,6 p.p.

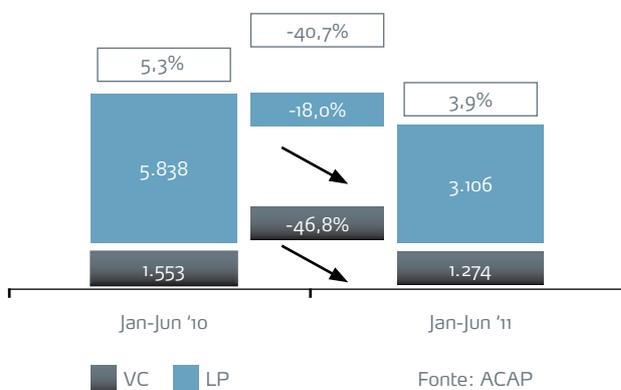
Fonte: ACAP

A quebra verificada no mercado pode ser explicada pelos seguintes factores:

1. Ambiente económico altamente desfavorável, sendo os bens de consumo duradouro tipicamente mais afectados por ciclos económicos negativos;
2. Ocorrência de forte antecipação de compra em 2010 face às medidas de contenção anunciadas (aumento de I.V.A., agravamento do Imposto Sobre os Veículos e o fim do incentivo ao abate)
3. Ainda assim, a quebra verificada é menos acentuada devido ao forte crescimento sentido no segmento dos Rent-a-car (+45% face 2010), com o consequente aumento de peso no total de mercado (+5,6 p.p.).

Toyota

Em linha com a tendência do mercado, a Toyota apresenta quebra acentuada, com o total de vendas de 4.380 unidades, traduzindo-se numa quota de mercado total de 3,9%.



O desempenho da Toyota foi distinto consoante estejamos a falar de viaturas Ligeiras de Passageiros ou de Comerciais:

- Nas viaturas Ligeiras de passageiros verificou-se uma quebra de cerca de 47%, com a quota de mercado a cair para 3,4% (-1,7 p.p. face a 2010).

Esta quebra no volume e na performance fica a dever-se essencialmente a:

1. Uma bem sucedida campanha de fecho de ano de 2010 que, em conjunto com fenómeno de antecipação sentido, levou a uma forte limitação de stock no início do corrente ano;
 2. Uma menor aposta no canal de rent-a-car, que evita maiores quebras no mercado total;
 3. Alguma limitação de fornecimento dos modelos originários do Japão, na sequência do terramoto ocorrido em Março.
- Nas Viaturas Comerciais, verifica-se uma quebra de cerca de 18%, inferior ao verificado nas viaturas de passageiros, ao que corresponde um comportamento mais positivo que o do mercado e representa um crescimento de quota de 0,1 p.p. face a 2010.

Esta melhor performance face ao mercado é sustentada:

1. Forte crescimento no segmento dos CDV's, alicerçada no crescimento do AURIS BIZZ;
2. Excelente performance no segmento Chassi-Cabine onde, pese embora a quebra acentuada do mercado, apresentamos um crescimento de 3,5% face ao ano anterior, mantendo a liderança do segmento com o modelo Dyna, produzido na nossa fábrica de Ovar.

Lexus

	2011 (JAN-JUN)	2010 (JAN-JUN)	DESVIO QT	DESVIO %
CT	103		103	+100%
IS	46	121	-75	-62,0%
GS	4	5	-1	-20,0%
RX	13	39	-26	-66,7%
LS		1	-1	-100,0%
Total	166	166	0	0,0%
Mercado Premium	16.233	18.590	-2.357	-12,7%

Fonte: ACAP

O 1º semestre de 2011 ficou caracterizado por uma manutenção do volume de vendas da Lexus face ao período homólogo do ano anterior. Este valor ficou acima do comportamento do Mercado Premium que sofreu uma quebra de 12,7% face ao igual período de 2010. A manutenção do volume de vendas deve-se por inteiro à introdução do novo modelo CT200h no segmento C Premium. Os restantes modelos registaram decréscimos acentuados (IS: -62% face ao 1º semestre de 2010, RX: -66,7% face ao mesmo período do ano anterior e finalmente o GS com -20%).

Para o 2º semestre de 2011 prevemos um incremento das dificuldades decorrentes do contexto económico que o país atravessa, nomeadamente no que diz respeito ao acesso a financiamento. Contudo o facto de termos um produto inteiramente novo, bem posicionado em termos de preços no 2º segmento mais importante do mercado Premium, permitirá à Lexus atingir o objectivo de 361 unidades para o ano em curso.

Máquinas Industriais

Equipamento Industrial Toyota

	MERCADO			VENDAS TOYOTA + BT				
	1º SEM		VARIACÃO %	1º SEM '10		1º SEM '11		VARIACÃO %
	'10	'11		QT	QUOTA %	QT	QUOTA %	
Empilhadores Contrabalançados	425	420	-1,2%	95	22,4%	81	19,3%	-14,7%
Equipamento de Armazém	483	584	20,9%	104	21,5%	175	30,0%	68,3%
Total MMC	908	1004	10,6%	199	21,9%	256	25,5%	28,6%

Fonte: ACAP

Mercado

Finda a 1ª. metade deste ano, verificou-se que globalmente o mercado nacional de máquinas de movimentação de cargas (MMC) registou um crescimento na ordem dos 10,6%. Este crescimento foi influenciado essencialmente pelas vendas de equipamento de armazém devido à renovação de frota de um importante cliente nacional. Reflectindo a tendência geral provocada pela crise económica e financeira, bem como, pela retracção do investimento por parte das empresas, o mercado de empilhadores contrabalançados contraiu 1,2%.

Vendas Toyota + BT

Globalmente as nossas vendas, em quantidade, cresceram 28,6% elevando a nossa quota de mercado de 21,9% para 25,5%, reforçando assim a nossa liderança de mercado.

Em relação aos Empilhadores Contrabalançados Toyota atingimos, nos primeiros 6 meses do ano, 81 unidades, com uma quota acumulada de 19,3%.

No tocante ao Equipamento de Armazém BT o volume de vendas atingiu as 175 unidades, com uma quota acumulada a Junho de 30,0%.

Peças

Vendas Globais

	VENDAS 1º SEM 2010	VENDAS 1º SEM 2011	CRESC. % 2011/2010
Peças/Acessórios/Merchandising	21.372.535	21.503.902	0,6%
Serviços Extracare/Eurocare	1.138.247	979.339	-14,0%
Total	22.510.782	22.483.241	-0,1%

A Divisão de Após Venda Toyota facturou durante o primeiro semestre de 2011, em peças, acessórios e merchandising, 21,5 milhões de euros. Este valor representa um crescimento de 0,6% face à facturação obtida no período homólogo de 2010.

Pelo contrário, a venda de serviços (designadamente os "Eurocare", "Extracare" e "Euroassistance") apresenta um movimento de decréscimo. A facturação destes serviços totalizou 979 milhares euros, menos 14,0% que no ano anterior. De salientar que no primeiro trimestre do ano transacto, estão incluídos os "eurocares" envolvidos na campanha de Inspecção do Pedal do Acelerador e que totalizaram 157 milhares euros.

Nota: a análise apresentada seguidamente diz respeito apenas à venda de peças, acessórios e merchandising (não incluindo portanto a venda de serviços).

	PESO (%) NO TOTAL DAS VENDAS	
	1º SEM 2010	1º SEM 2011
Peças Genuínas Toyota	84,7%	87,4%
Peças de Incorporação Nacional	4,2%	4,1%
Acessórios*	10,3%	7,9%
Merchandising*	0,8%	0,6%

* Os Acessórios e “Merchandising” englobam material genuíno e nacional.

A venda de peças Genuínas Toyota representa a maior fatia das vendas globais, e que correspondeu a 87,4% das mesmas (superior aos 84,7% do primeiro semestre de 2010).

A rede de Assistência Oficial Toyota constituiu o principal cliente da Divisão de Após Venda. Para este cliente destinou-se 91,6% da facturação global, o equivalente a 19,7 milhões de euros. Este valor representa um crescimento de 2,2% (+422 milhares de euros) quando comparado com o realizado no ano transacto.

Como notas finais aos comentários sobre a actividade desenvolvida, gostaríamos de referir que os resultados das vendas do primeiro semestre do ano traduzem o actual estado de retracção económica portuguesa. Afectados por um clima económico adverso, a prioridade recai na contenção das despesas, afectando de forma grave o negócio automóvel. Numa tentativa de contrariar esta situação desfavorável, a Toyota Caetano Portugal accionou diversas medidas, das quais destacamos as seguintes:

- Lançamento da Campanha Primavera Trade destinada aos clientes de peças do Balcão Público.
- Lançamento da Campanha de Retenção/Fidelização de clientes, a decorrer durante o Verão, focalizada na segurança da viatura e respectiva preparação para as férias.
- Contínua divulgação do negócio dos pneus, inserido na campanha de retenção de clientes.
- Alargamento do Programa de Comercialização de Lubrificantes TGMO (Toyota Genuine Motor Oil) na rede Oficial Toyota.
- Incentivo à venda de Acessórios, com a inclusão de diversos produtos na campanha de retenção de clientes (ex. cortinas de sol e ganchos de reboque), lançamento de novos acessórios (hardtops, sport covers, ...) e implementação na rede do programa Toyota Rede Line.
- Melhoria dos resultados do Seguro Toyota.
- Desenvolvimento de novos contratos de manutenção.

Adicionalmente, estão pensadas algumas medidas, a implementar no segundo semestre de 2011, que visam promover a retenção de clientes proprietários de viaturas com mais de 7 anos e uma mais dinâmica utilização do Express Service.

Recursos Humanos

A forte retracção económica em que o país tem vivido afectou e afecta naturalmente todas as áreas da Empresa, nomeadamente a gestão do Capital Humano.

Este contexto exige de todos uma enorme disciplina na forma de actuar individual, mas sobretudo em quem tem responsabilidade de liderar equipas. Este é um foco muito importante que tem sido pedido a todos os dirigentes das diversas estruturas no sentido de reduzir os gastos, mantendo simultaneamente as equipas coesas e motivadas.

Ainda assim, a postura que desde sempre caracterizou a Empresa – partilhar os resultados com os Colaboradores

- e mesmo num momento desfavorável, decidiu em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 28 de Abril de 2011 atribuir uma gratificação extraordinária a distribuir em função do desempenho.

Trata-se sem dúvida de um sinal que antes de mais serve de motivador permitindo alcançar objectivos ganhadores e valores geradores de coesão Organizacional.

Actividade Financeira / Perspectivas

Já bastante foi referido sobre a crise económica e financeira que tem vindo a afectar grande parte das economias europeias infelizmente com repercussões mais imediatas e graves na Grécia, Irlanda e Portugal.

O Grupo Toyota Caetano pela localização maioritária da sua actividade (Mercado Português) e ainda pelo seu “Core Business” (sector automóvel), ficou inequivocamente bastante exposto à crise já anunciada em 2010 mas com reflexos bastante agravados neste primeiro semestre de 2011.

De facto se é certo que se pensava que a quebra do mercado automóvel total no primeiro trimestre deste ano estaria a reflectir a antecipação de compra ocorrida no final de 2010, a verdade é que o 2º trimestre não trouxe melhores “novas”, mantendo-se o sector numa quebra sem precedentes e que nem o tradicional negócio de rent-a-car consegue iludir.

A quebra da procura originada na falta de confiança dos consumidores, aliada aos cortes de crédito ao consumo efectuadas pela Banca a operar no nosso País, justificam também os cerca de 20% de quebra do mercado automóvel português neste primeiro semestre de 2011.

As limitações de “funding” sentidas pelo sector financeiro levaram por sua vez a um aumento significativo dos custos da dívida (spreads) a que se juntam a subida verificada nas taxas de referência (Euribor) contribuindo ainda mais para a incapacidade de muitas pequenas e médias empresas na renovação das suas frotas de serviço.

Obviamente que algumas contra-medidas foram já tomadas, nomeadamente no capítulo financeiro e tendo em vista a salvaguarda dos tempos futuros, sendo de salientar:

- Fixação da taxa de juro de referência por um período de 3 anos para cerca de 40% da dívida prevista.
- Fixação cambial para negócios com facturação em Libras e para o exercício em curso.

Entretanto e noutras áreas operacionais algumas medidas/decisão também com significado foram entretanto tomadas nomeadamente:

- a. Desactivação da denominada Fábrica 2 em Ovar, com transferência da sua produção (mini-autocarros Óptimo) para outra Unidade Industrial do Grupo Salvador Caetano, e conseqüente negociação de mútuos acordos com os trabalhadores que não manifestaram vontade de se transferir em termos de local de trabalho.

Nota: Os custos de indemnizações por mútuo acordo registados no período em análise para o Grupo Toyota Caetano ultrapassam os 1,7 milhões de Euros, impactando directamente os resultados do período.

- b. Re-equacionamento do período estimado de vida útil de alguns edifícios por forma a adequa-lo à realidade do seu estado actual de conservação e à sua efectiva utilização prevista.
- c. Contenção significativa nas despesas de Marketing e Promoção de Vendas.
- d. Reformulação da frota de viaturas de demonstração/serviço através do “downgrade” das mesmas.

Finalmente duas notas de sentido positivo nesta análise como reflexo de uma gestão financeira equilibrada:

- Melhoria do Grau de Autonomia Financeira para uns confortáveis 51,5%.
- Redução do Passivo Bancário em mais de 3,5 milhões de Euros acompanhando a redução de actividade ocorrida.

Em termos de perspectivas para o período restante do ano em curso, pensamos que o nível baixo de procura se irá manter condicionando assim a nossa actividade e os resultados gerados sendo que, temos total confiança na eficácia das medidas já tomadas, esperando portanto que o exercício de 2011 apresente resultados positivos com um 2º semestre algo melhor do que este primeiro até pelo lançamento do novo modelo Yaris, bastante importante para a marca e que ocorrerá nesse período.

CAETANO AUTO, S.A.

Como consequência da recessão em que o mercado se encontra, a CA registou igualmente uma redução significativa no volume dos negócios alcançados neste 1º semestre (35 milhões de euros) por comparação com igual período do ano anterior (uma redução 2.371 unidades vendidas).

Contudo, a actividade de após venda, fruto sobretudo da melhoria das taxas de ocupação, minimizou esta quebra registando resultados operacionais superiores a 2 milhões de euros.

Entretanto, também por ter sido já antevista esta situação, a Administração da Empresa esforçou-se por conter e sempre que possível reduzir os gastos fixos. Objectivo conseguido e visível na redução dos FSE´s e mesmo nas despesas com o pessoal em resultado também de mútuos acordos celebrados.

AUTO PARTNER – COM. AUTOMÓVEIS, S.A.

No relato das contas do ano transacto, previa-se já um ano de 2011 difícil e em plena recessão económica.

De facto, o primeiro semestre de 2011 registou já os efeitos da actual crise e a Auto Partner – Comércio de Automóveis, sentiu-os, com uma redução de cerca de um milhão de euros no volume de negócios acumulado a Junho, quando comparado com igual período do ano anterior (menos 72 unidades vendidas).

Contudo, a actividade do após venda, fruto do esforço de melhoria das taxas de ocupação, conseguiu minimizar substancialmente este impacto.

Para fazer face à recessão a Administração da Auto Partner – Comércio ajustou também a sua estrutura humana às necessidades actuais, procedendo a reestruturações e aproveitamento das sinergias disponíveis, donde resultaram vários mútuos acordos com um impacto nos resultados do semestre de 8 milhares de euros.

CAETANO COLISÃO (NORTE), S.A.

O primeiro semestre de 2011, registou já os efeitos da actual crise e a Caetano Colisão (Norte), SA. naturalmente, acompanha e regista igualmente os efeitos desta recessão económica.

Contudo, porque na grande colisão o negócio depende mais dos sinistros efectivamente registados do que propriamente da conjuntura económica, o volume de facturação manteve-se próximo dos 3 milhões de euros, tal como em igual período do ano anterior.

Contudo a Administração da Empresa prevendo as dificuldades actuais do mercado, procurou ajustar toda a estrutura humana da organização, donde resultaram mútuos acordos já registados no semestre, num valor de cerca de 10 milhares de Euros.

Paralelamente foram desenvolvidos esforços para angariar e fixar grandes Clientes, como gestora de frotas e seguradoras, no sentido de otimizar a estrutura instalada e assim potenciar melhores resultados.

Face aos condicionalismos acima referidos e em termos individuais os resultados acumulados a Junho 2011 registaram perdas de cerca de 32 mil Euros.

CAETANO RETAIL (NORTE) II, (SGPS), S.A./ SALTANO (SGPS), S.A.

Estas entidades, como SGPS que são, reflectem na sua exploração, sobretudo, os resultados das suas participadas, pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Como no processo da consolidação estes movimentos são expurgados, resultaram em termos efectivos nestas empresas somente os custos referentes a honorários de auditores e a alguns juros debitados pelos bancos e que em termos totais se revelam inexpressivos.

CABO VERDE MOTORS, S.A.

Começamos este ano por sentir uma ligeira melhoria nas principais áreas de actividade económica de Cabo Verde - o turismo e a Construção Civil.

De facto, a procura de viaturas recuperou no primeiro semestre do corrente ano, relativamente ao ano anterior. Naturalmente que os números ainda estão longe dos de 2009.

A dificuldade que a marca Toyota vem manifestando em cumprir com as nossas encomendas pode provocar uma nova crise no 2º. semestre deste ano por evidente falta de abastecimento.

Os stocks existentes para a Toyota de somente 15 dias, justificam as apreensões anteriormente referidas.

No mês de Julho recebemos apenas 14 unidades sendo que a partir de Agosto os fornecimentos começaram a normalizar.

CAETANO RENTING, S.A.

A frota total da empresa no final do 1º semestre, é constituída por 2.204 unidades, o que corresponde a um acréscimo de 428 unidades, comparativamente com igual período do ano transacto. Estando a taxa de ocupação muito próxima dos 100%. O total de veículos em Frota, apresenta a estrutura infra:

Veículos Ligeiros de Passageiros:	1.866 uts	(84,66%)
Veículos Comerciais Ligeiros:	48 uts	(2,18%)
Máquinas Industriais:	290 uts	(13,16%)

O aumento significativo da frota, ficou a dever-se essencialmente ao segmento de " RAC'S"; cujo número de unidades adquiridas foi de 807, das 960 aquisições efectuadas durante o 1º semestre.

O Volume de negócios atingiu os 2,7 milhões de Euros, o que comparado com igual período do ano anterior, significa um acréscimo de cerca de 39%.

O aumento dos gastos com depreciação por virtude do incremento da frota levou a um resultado negativo no período prevendo-se, no entanto uma recuperação, pela alienação de parte significativa da frota, a ocorrer no 2º semestre deste exercício.

CAETANO COMPONENTS, S.A.

O primeiro semestre de 2011 fica marcado pelo início de produção em série do chassis C5, tendo sido produzidos um total de 13 Chassis modelo C5-Diesel.

Em conjunto com o Instituto Kaizen deu-se início ao projecto “Kaizen Desenho de linha e Armazém para produção de Chassis”.

Implementação de um layout definido para este projecto com a definição das áreas de stockagem de materiais, de pré montagem de componentes e linha de montagem para a produção integral dos módulos frente e traseiro do chassis, bem como uma área de inspecção e testes finais.

Foram deslocados da CaetanoBus para a Caetano Components colaboradores experientes na área de engenharia e qualidade no sentido de obtermos os melhores resultados.

No sector dos bancos continuamos com uma produção significativa dada a encomenda de bancos para o modelo Levante (60+55 unidades) e Winner (22 unidades).

Os moldados e revestimentos mantiveram o plano de produção idêntico ao semestre anterior.

No sector da Metalomecânica foi adquirido novo equipamento que permite quinar as espessuras de material utilizado no chassis.

Relativamente à produção, este sector manteve a actividade de corte e preparação de material para os diversos produtos Caetanobus tendo este semestre sido ocupado na sua maioria pela encomenda das unidades Levante.

Outros clientes da Caetano Components, como EFACEC e a Manitowoc reduziram significativamente o seu volume de encomendas.

No caso da Efacec procedeu-se à cessação do contrato de fornecimento a partir do segundo semestre de 2011.

Foram estabelecidos contactos no sentido de desanexação do pavilhão C e, paralelamente, à alienação da actividade de fabrico de moldes.

As actividades planeadas para o segundo semestre são:

Chassis: montagem integral de Chassis com aumento previsto das cadências;

Metalomecânica: produção de componentes para chassis e carroçarias para a Divisão Fabril de Ovar e para a CaetanoBus;

Bancos: continuação da produção dos revestimentos e da montagem de bancos.

MOVICARGO / SC(UK)

Empresas sem actividade no período em análise e em fase de implementação do seu encerramento formal.

Declaração

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao 1º semestre de 2011, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do artigo 246º do CVM.

Vila Nova de Gaia , 25 de Agosto de 2011

O Conselho de Administração,

José Reis da Silva Ramos – Presidente
Hiroyuki Ochiai
Miguel Silva Ramalho da Fonseca
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Miguel Pedro Caetano Ramos
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Informação sobre a Participação dos Órgãos de Administração e Fiscalização

(nos termos do Artº 9º alínea a) do regulamento da CMVM nº 5/2008)

Conselho de Administração

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS – Em 26 de Abril de 2011, alienou 125.590 acções ao preço de € 3,70 cada uma, pelo que, a 30 de Junho de 2011 não tem acções nem obrigações.

HIROYUKI OCHIAI – Não tem acções nem obrigações.

MIGUEL SILVA RAMALHO DA FONSECA – Não tem acções nem obrigações.

MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS – Não tem acções nem obrigações. O cônjuge, em 26 de Abril de 2011, alienou 125.590 acções ao preço de € 3,70 cada uma, pelo que, em 30 de Junho de 2011 não tem acções nem obrigações.

SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO – Não tem acções nem obrigações.

MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS – Em 26 de Abril de 2011, alienou 1.130 acções ao preço de € 3,70 cada uma, pelo que em 30 de Junho de 2011, não tem acções nem obrigações.

RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES – Não tem acções nem obrigações.

SHIGEKI ENAMI – Não tem acções nem obrigações.

Maria Angelina Martins Caetano Ramos – Presidente do Conselho de Administração, Salvador Acácio Martins Caetano – Vice-Presidente do Conselho de Administração, José Reis da Silva Ramos e Miguel Pedro Caetano Ramos – Vogais do Conselho de Administração do GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., esta Sociedade, não teve movimentos, pelo que, em 30 de Junho de 2011 detinha 21.000.000 acções, com o valor nominal de um euro cada.

José Reis da Silva Ramos – cônjuge de Maria Angelina Martins Caetano Ramos – Presidente do Conselho de Administração, Salvador Acácio Martins Caetano e Rui Manuel Machado de Noronha Mendes – Vogais do Conselho de Administração, da FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, esta Sociedade, adquiriu em 4 de Janeiro de 2011, 10 acções ao preço de € 3,72 cada uma; em 6 de Janeiro de 2011, 1.650 acções ao preço de € 3,70 cada uma; em 8 de Fevereiro de 2011, 1.000 acções ao preço de € 3,70 cada uma; em 9 de Fevereiro de 2011, 6.500 acções ao preço de € 3,70 cada uma; em 10 de Fevereiro de 2011, 2.926 acções ao preço € 3,70 cada uma; em 22 de Fevereiro de 2011, 140 acções ao preço de € 3,70 cada uma, em 2 de Março de 2011, 190 acções ao preço de € 3,70 cada uma, em 15 de Março de 2011, 1744 acções ao preço de € 3,70 cada uma, em 16 de Março de 2011, 804 acções ao preço de € 3,70 cada uma, em 17 de Março de 2011, 80 acções ao preço de € 3,70 cada uma, em 15 de Abril de 2011, 256.500 acções ao preço de € 4,09 cada uma, em 19 de Abril de 2011, 101 acções ao preço de € 3,70 acções cada uma, em 5 de Maio de 2011, 2.000 acções ao preço de € 3,70 cada uma, em 6 de Maio de 2011, 3.440 acções ao preço de € 3,70 cada uma, em 27 de Junho de 2011, 90 acções ao preço de € 3,70 cada uma, pelo que, em 30 de Junho de 2011 detinha 281.814 acções, com o valor nominal de um euro cada.

Maria Angelina Martins Caetano Ramos – cônjuge de José Reis da Silva Ramos, Presidente do Conselho de Administração e Miguel Pedro Caetano Ramos, Vice-Presidente do Conselho de Administração da COVIM – Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A., esta sociedade adquiriu em 26 de Abril de 2011, 393.252 acções ao preço de € 3,70 cada uma, pelo que em 30 de Junho de 2011, detinha 393.252 acções, com o valor nominal de um euro cada.

Maria Angelina Martins Caetano Ramos – cônjuge de José Reis da Silva Ramos, Presidente do Conselho de Administração e Salvador Acácio Martins Caetano – Vogal do Conselho de Administração da COCIGA – Construções Civas de Gaia, S.A. esta Sociedade não teve movimentos, pelo que, em 30 de Junho de 2011 detinha 290 acções, com o valor de um euro cada.

Conselho Fiscal

José Domingos da Silva Fernandes – Não tem acções nem obrigações.

Takehiko Kuriyama – Não tem acções nem obrigações.

António Pimpão & Maximino Mota, SROC, representada por António Maia Pimpão – Não tem acções nem obrigações.

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por José Pereira Alves, ou por Hermínio António Paulos Afonso – Não tem acções nem obrigações.

Informação sobre a Participação dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital Social da Toyota Caetano Portugal, S.A.

(Nos termos do Artigo 447º DO C.S.C.) (ARTº 14/6 E 7 REG. 5/2008)

	ACÇÕES DETIDAS EM 31.12.10	ACÇÕES ADQUIRIDAS EM 2011	ACÇÕES VENDIDAS EM 2011	ACÇÕES DETIDAS EM 30.06.11
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS (Presidente)	125.590		125.590	
HIROYUKI OCHIAI (Vogal)				
MIGUEL SILVA RAMALHO DA FONSECA (Vogal)				
MARIA ANGELINA M. CAETANO RAMOS (Vogal)				
SALVADOR ACACIO MARTINS CAETANO (Vogal)				
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS ((Vogal)	1.130		1.130	
RUI MANUEL MACHADO DE NORONHA MENDES (Vogal)				
SHIGEKI ENAMI (Administrador - Suplente)				
JOSÉ DOMINGOS DA SILVA FERNANDES (Presidente Cons. Fiscal)				
TAKEHIKO KURIYAMA (Vogal Cons. Fiscal)				
ANTÓNIO PIMPÃO & MAXIMINO MOTA, SROC, representado por ANTÓNIO MAIA PIMPÃO (Vogal Cons. Fiscal)				
PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados, SROC, S.A., representado por JOSÉ PEREIRA ALVES ou por HERMINIO ANTÓNIO PAULOS AFONSO (ROC - Efectivo)				

Informação sobre a participação de accionistas Toyota Caetano Portugal, S.A.
(Nos termos do artigo 448º do c.S.C.) (Artº 9 reg. 5/2008)

Participações superiores a um décimo do Capital

	ACÇÕES DETIDAS EM 31.12.2010	ACÇÕES ADQUIRIDAS EM 2011	ACÇÕES VENDIDAS EM 2011	ACÇÕES DETIDAS EM 30.06.11
Toyota Motor Europe NV/SA	9.450.000			9.450.000

Participações superiores a metade do Capital

	ACÇÕES DETIDAS EM 31.12.2010	ACÇÕES ADQUIRIDAS EM 2011	ACÇÕES VENDIDAS EM 2011	ACÇÕES DETIDAS EM 30.06.11
Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.	21.000.000			21.000.000

Lista de Participações Qualificadas superiores a 2% do Capital Social

	ACÇÕES	% DOS DIREITOS DE VOTO
GRUPO SALVADOR CAETANO - SGPS, SA	21.000.000	60,00
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA	9.450.000	27,00
SALVADOR FERNANDES CAETANO (HERDEIROS DE)	1.399.255	3,998
Millennium BCP – Gestão de Fundos de Investimentos, S.A., em representação dos fundos mobiliários por si geridos, como segue:	630.540	1,80
Millennium Acções Portugal	473.468	1,35
Millennium PPA	71.826	0,21
Millennium Poupança PPR	41.205	0,12
Millennium Investimento PPR	9.896	0,03
Millennium Aforro PPR		

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 30 de Junho de 2011 e Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	NOTAS	30.06.2011	31.12.2010
ACTIVOS NÃO CORRENTES			
Diferenças de consolidação	7	611.997	611.997
Activos intangíveis	4	539.499	313.801
Activos fixos tangíveis	5	101.490.023	98.443.328
Propriedades de investimento	6	16.723.161	16.910.528
Investimentos disponíveis para venda	8	3.402.389	3.395.705
Activos por impostos diferidos	13	2.400.499	2.506.497
Clientes	10	1.490.105	1.556.626
Outros activos não correntes			
Total de activos não correntes		126.657.673	123.738.482
ACTIVOS CORRENTES			
Inventários	9	62.418.340	66.797.892
Clientes	10	46.984.346	68.808.514
Outras dívidas de terceiros	11	7.855.014	7.970.625
Estado e outros entes públicos		3.098.044	1.636.769
Outros activos correntes	12	2.151.738	2.115.892
Investimentos disponíveis para venda			
Caixa e equivalentes a caixa	14	11.922.708	20.102.375
Instrumentos derivados	25	44.381	
Total de activos correntes		134.474.571	167.432.067
Total do activo		261.132.244	291.170.549
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	15	35.000.000	35.000.000
Reserva legal		7.498.903	7.498.903
Reservas de reavaliação		6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão		(1.695.238)	(1.695.238)
Reservas de justo valor		(293.657)	(271.329)
Outras reservas		86.261.437	81.278.229
Resultados acumulados			
Resultado consolidado líquido do exercício		520.171	11.740.117
		133.486.800	139.745.866
Interesses não controlados	17	1.005.492	1.081.820
Total do capital próprio		134.492.292	140.827.686
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Empréstimos bancários de longo prazo	18	-	250.000
Outros empréstimos	18	1.826.359	1.908.747
Outras dívidas a terceiros	20	5.888.646	6.621.087
Passivos por impostos diferidos	13	1.781.858	1.771.535
Total de passivos não correntes		9.496.863	10.551.369
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos bancários de curto prazo	18	55.826.278	59.354.790
Outros empréstimos	18	566.623	210.612
Fornecedores	19	32.754.007	37.913.647
Outras dívidas a terceiros	20	2.965.143	5.011.963
Estado e outros entes públicos	20	9.004.383	18.818.974
Outros passivos correntes	22	15.687.957	17.205.024
Provisões	24	338.698	1.101.702
Instrumentos derivados	25	-	174.782
Total de passivos correntes		117.143.089	139.791.494
Total do passivo e capital próprio		261.132.244	291.170.549

O anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2011.

O TÉCNICO DE CONTAS
Alberto Luís Lema Mandim

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José Reis da Silva Ramos – Presidente; Hiroyuki Ochiai; Miguel Silva Ramalho da Fonseca;
Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Miguel Pedro Caetano Ramos;
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza para os exercícios findos em 30 de junho de 2011 e 2010

(Montantes expressos em Euros)

	NOTAS	30.06.2011	01-04 a 30.06.2011 (Não auditado)	30.06.2010	01-04 a 30.06.2010 (Não auditado)
Proveitos operacionais:					
Vendas	31	140.365.770	70.334.366	200.684.142	113.700.428
Prestações de serviços	31	11.958.110	5.781.699	12.306.327	6.170.356
Outros proveitos operacionais	32	16.953.979	9.192.575	19.610.894	9.648.529
Total de proveitos operacionais		169.277.859	85.308.640	232.601.363	129.519.313
Custos operacionais:					
Custo das vendas	9	112.697.993	54.984.894	167.844.884	94.284.089
Variação da produção	9	2.777.185	3.175.124	(3.863.982)	410.007
Fornecimentos e serviços externos		19.745.953	9.163.348	24.565.560	12.442.610
Custos com o pessoal		22.582.870	11.297.529	24.301.392	12.106.921
Amortizações e depreciações	4 e 5	8.698.493	4.026.290	8.209.824	4.184.107
Amortizações de propriedades de investimento	6	286.141	63.623	405.822	211.272
Provisões e perdas por imparidade	24	(305.700)	156.048	786.856	747.893
Outros custos operacionais		1.972.124	775.691	2.466.298	971.075
Total de custos operacionais		168.455.059	83.642.547	224.716.654	125.357.974
Resultados operacionais		822.800	1.666.093	7.884.709	4.161.339
Custos financeiros					
Custos financeiros	33	(1.020.161)	(505.785)	(2.785.673)	(2.457.303)
Proveitos financeiros	33	1.326.905	380.070	2.248.734	1.393.086
Resultados antes de impostos		1.129.544	1.540.378	7.347.770	3.097.122
Impostos sobre o rendimento	27	(634.052)	(535.337)	(1.057.224)	(380.808)
Resultado líquido consolidado do exercício		495.492	1.005.041	6.290.546	2.716.314
Resultado líquido consolidado das operações continuadas					
Atribuível:					
ao Grupo		520.171	1.053.862	6.291.688	2.727.522
a interesses não controlados		(24.679)	(48.821)	(1.142)	(11.208)
		495.492	1.005.041	6.290.546	2.716.314
Resultado líquido consolidado					
Atribuível:					
ao Grupo		520.171	1.053.862	6.291.688	2.727.522
a interesses não controlados		(24.679)	(48.821)	(1.142)	(11.208)
		495.492	1.005.041	6.290.546	2.716.314
Resultados por acção:					
de operações continuadas	28	0,014	0,029	0,180	0,078
de operações descontinuadas		-	-	-	-
Básico		0,014	0,029	0,180	0,078
de operações continuadas	28	0,014	0,029	0,180	0,078
de operações descontinuadas		-	-	-	-
Diluído		0,014	0,029	0,180	0,078

O anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2011.

O TÉCNICO DE CONTAS
Alberto Luís Lema Mandim

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José Reis da Silva Ramos – Presidente
Hiroyuki Ochiai
Miguel Silva Ramalho da Fonseca
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Miguel Pedro Caetano Ramos
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Demonstrações Consolidadas das Alterações no Capital Próprio para os exercícios findos em 30 de Junho de 2011 e 2010

(Montantes expressos em Euros)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	RESERVAS DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	RESERVAS TOTAL DE RESERVAS	INTERESSES NÃO CONTROLADOS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	885.936	76.079.493	88.964.278	3.284.681	10.379.409	137.628.368
Aplicação do resultado consolidado de 2009:										
Dividendos distribuídos									(5.250.000)	(5.250.000)
Transferência para Outras reservas						5.129.409	5.129.409		(5.129.409)	
Rendimento integral consolidado do exercício					(1.005.827)	345.369	(660.458)	32.115	6.291.688	5.663.345
Outros								(2.398.922)		(2.398.922)
Saldos em 30 de Junho de 2010	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	(119.891)	81.554.271	93.433.229	917.874	6.291.688	135.642.791
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	(271.329)	81.278.229	93.005.749	1.081.820	11.740.117	140.827.686
Aplicação do resultado consolidado de 2010:										
Transferência para reserva legal										
Dividendos distribuídos								(43.643)	(6.650.000)	(6.693.643)
Transferência para Outras reservas						5.090.117	5.090.117		(5.090.117)	
Rendimento integral consolidado do exercício					(22.328)	(106.909)	(129.237)	(24.679)	520.171	366.255
Outros								(8.006)		(8.006)
Saldos em 30 de Junho de 2011	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	(293.657)	86.261.437	97.966.629	1.005.492	520.171	134.492.292

O anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2011.

O TÉCNICO DE CONTAS
Alberto Luís Lema Mandim

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José Reis da Silva Ramos – Presidente
Hiroyuki Ochiai
Miguel Silva Ramalho da Fonseca
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Miguel Pedro Caetano Ramos
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral para os exercícios findos em 30 de junho de 2011 e 2010

(Montantes expressos em Euros)

	IAS/IFRS 30.06.2011	IAS/IFRS 30.06.2010
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses não controlados	495.492	6.290.546
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto:		
Variação do justo valor de investimentos disponíveis para venda	(22.328)	(1.005.827)
Outros	(106.909)	378.626
Rendimento integral consolidado do período	366.255	5.663.345
Atribuível a:		
Accionistas da empresa mãe	390.934	5.664.487
Interesses não controlados	(24.679)	(1.142)

O anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 30 de junho de 2011.

O TÉCNICO DE CONTAS
Alberto Luis Lema Mandim

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José Reis da Silva Ramos – Presidente
Hiroyuki Ochiai
Miguel Silva Ramalho da Fonseca
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Miguel Pedro Caetano Ramos
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	JUN-11		JUN-10	
Recebimentos de Clientes	185.759.256		217.426.053	
Pagamentos a Fornecedores	(133.625.913)		(182.345.217)	
Pagamentos ao Pessoal	(20.212.715)		(20.800.870)	
Fluxo gerado pelas Operações		31.920.628		14.279.966
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		(1.884.676)		(1.628.826)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional		(14.504.688)		(336.408)
Fluxo das Actividades Operacionais		15.531.264		12.314.732

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	JUN-11		JUN-10	
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos Financeiros			5.958.067	
Activos Fixos Tangíveis	6.860.453		6.704.857	
Activos Intangíveis	5.526		3.859	
Subsídios de Investimento				
Juros e Proveitos Similares			42.767	
Dividendos		6.865.979	128.287	12.837.837
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos Financeiros	(29.012)		(3.604.898)	
Activos Fixos Tangíveis	(16.835.064)		(21.942.568)	
Activos Intangíveis	(247.098)	(17.111.174)	(14.105)	(25.561.571)
Fluxo das Actividades de Investimento		(10.245.195)		(12.723.734)

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	JUN-11		JUN-10	
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos Obtidos	273.624		13.850.087	
Subsídios e doações	0	273.624	476.841	14.326.928
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos Obtidos	(3.778.511)		(10.867.948)	
Amortização de Contratos de Locação Financeira	(1.728.102)		(926.200)	
Juros e Custos Similares	(1.560.458)		(1.487.927)	
Dividendos	(6.672.290)	(13.739.361)	(5.579.503)	(18.861.578)
Fluxo das Actividades de Financiamento		(13.465.737)		(4.534.650)

CAIXA E EQUIVALENTES	JUN-11		JUN-10	
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		20.102.376		25.214.006
Varição do Perímetro				0
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		11.922.708		20.270.354
Varição de Caixa e Seus Equivalentes		(8.179.668)		(4.943.652)

O TÉCNICO DE CONTAS
Alberto Luís Lema Mandim

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José Reis da Silva Ramos – Presidente
Hiroyuki Ochiai
Miguel Silva Ramalho da Fonseca
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Miguel Pedro Caetano Ramos
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de Junho de 2011

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e encabeça um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, actividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua actividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

As acções da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde Outubro de 1987.

Em 30 de Junho de 2011, as Empresas que constituem o Grupo Toyota Caetano, suas respectivas sedes e abreviaturas utilizadas, são como se segue:

Empresas	SEDE
Com sede em Portugal:	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. (“Saltano”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Components, S.A. (“Caetano Components”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. (“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Auto, S.A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Retail (Norte) II, S.G.P.S., S.A. (“Caetano Retail SGPS”)	Vila Nova de Gaia
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A. (“Auto Partner”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Colisão (Norte), S.A. (“Caetano Colisão”)	Vila Nova de Gaia
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda. (“Movicargo”)	Vila Nova de Gaia
Com sede noutros países:	
Salvador Caetano (UK). Ltd. (“Salvador Caetano UK”) (1)	Leicestershire (Inglaterra)
Cabo Verde Motors. S.A.R.L. (“Cabo Verde Motors”)	Praia (Cabo Verde)

(1) Empresa que não teve qualquer actividade no período.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.3.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

Estas demonstrações financeiras intercalares, preparadas de acordo com o normativo referido não incluem a totalidade da informação a ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, pelo que deverão ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

A informação comparativa referente a 31 de Dezembro de 2010, presente nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foi sujeita a auditoria.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 3).

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de custos e proveitos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo Conselho de Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas divulgadas no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010.

Nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, a Toyota Caetano Portugal, S.A., não procedeu à aplicação de nenhuma norma ou interpretação, emitida pelo IASB até à data de 30 de Junho de 2011, cuja data de aplicação obrigatória seja posterior.

a) Normas e Interpretações que se tornaram de aplicação efectiva a 1 de Janeiro de 2011:

ii) Normas:

- IAS 32 (alteração), 'Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos'. Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados em moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos accionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transacção com accionistas a classificar em Capitais Próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRS 1 (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS'. Esta alteração permite às entidades que adoptem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – 'Instrumentos financeiros – Divulgações', o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7, desde que o período comparativo termine até de 31 de Dezembro de 2009. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Entidade por já aplicar as IFRS.
- IAS 24 (alteração) 'Partes relacionadas'. A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transacções significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- Melhoria anual das normas em 2010, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2011. O processo de melhoria anual de 2010 afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. Estas melhorias foram adoptadas pela Entidade, quando aplicáveis, excepto quanto às melhorias à IFRS 1 por a Entidade já aplicar IFRS.

iii) Interpretações

- IFRIC 14 (Alteração) 'IAS 19 - Limitação aos activos decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interacção com requisitos de contribuições mínimas'. Esta alteração clarifica que quando é apurado um saldo activo resultante de pagamentos antecipados voluntários por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um activo. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRIC 19, 'Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital'. Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adoptar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (acções) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A mera reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

b) Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de Julho de 2011 ou em data posterior:

i) Normas:

- IFRS 1 (alteração), 'Adopção pela primeira vez das IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adoptam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados activos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como "custo considerado"

na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por “data da transição para as IFRS” nas excepções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

- IFRS 7 (alteração), ‘Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de activos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efectuar relativamente a activos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- IAS 12 (alteração), ‘Impostos sobre o rendimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com activos dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do activo através do uso ou da venda, excepto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- IAS 1 (alteração), ‘Apresentação de demonstrações financeiras’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respectivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRS 9 (novo), ‘Instrumentos financeiros – classificação e mensuração’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 9 refere-se à primeira parte da nova norma sobre instrumentos financeiros e prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário, os instrumentos de dívida são valorizados ao justo valor por via de resultados. A Entidade aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.
- IFRS 10 (novo), ‘Demonstrações financeiras consolidadas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. A Entidade aplicará a IFRS 10 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.
- IFRS 11 (novo), ‘Acordos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre activos e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o activo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida. A Entidade aplicará a IFRS 11 no exercício em que a mesma se tornar efectiva.
- IFRS 12 (novo) – ‘Divulgação de interesses em outras entidades’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. Uma Entidade pode efectuar algumas ou todas as divulgações sem que tenha de aplicar a IFRS 12 na sua totalidade ou as IFRS 10 e 11 e as IAS 27 e 28. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.
- IFRS 13 (novo) – ‘Justo valor: mensuração e divulgação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IFRS 13 tem como objectivo aumentar a consistência, ao efectuar uma definição precisa de justo valor e constituir a única fonte dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRS. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.
- IAS 27 (revisão 2011) ‘Demonstrações financeiras separadas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adopção pela União Europeia. A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para

investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras separadas. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

- IAS 28 (revisão 2011) 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 e prescreve o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.
- IAS 19 (alteração), 'Benefícios aos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013). Esta alteração introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efectuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvios actuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos "Outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efectiva.

2.3. CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENTIDADES ESTRANGEIRAS

Em 30 de Junho de 2011 e em 31 de Dezembro de 2010, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

30.06.2011	MOEDA	CÂMBIO FINAL JUN-11	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO JUN-11	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2010
Cabo Verde Motors, SARL	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

31.12.2010	MOEDA	CÂMBIO FINAL DEZ-10	CÂMBIO HISTÓRICO MÉDIO DEZ-10	CÂMBIO DATA CONSTITUIÇÃO	CÂMBIO FINAL 2009
Cabo Verde Motors, SARL	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

2.4. ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS DE VIDA ÚTIL

Durante o período findo em 30 de Junho de 2011, de acordo com o parágrafo 51 da IAS16, o Grupo efectuou a revisão da vida útil dos principais activos fixos tangíveis, com base num estudo com parecer técnico.

Em consequência, as amortizações e depreciações do período findo em 30 de Junho de 2011 foram inferiores em cerca de 771 milhares de Euros.

3. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respectiva proporção do capital detido em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, são como se segue:

Empresas	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFECTIVA	
	JUN-11	DEZ-10
Toyota Caetano Portugal, S.A.		Empresa Mãe
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A.	99,98%	99,98%
Salvador Caetano (UK), Ltd.	99,82%	99,82%
Caetano Components, S.A.	99,98%	99,98%
Cabo Verde Motors. S.A.R.L.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano Auto, S.A.	98,39%	98,39%

Caetano Retail (Norte) II, S.G.P.S., S.A.	49,20%	49,20%
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.	49,20%	49,20%
Caetano Colisão (Norte), S.A.	49,20%	49,20%
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda.	100,00%	100,00%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa).

4. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

30.06.2011	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ACTIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Activo bruto:							
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2010			140.816	81.485	1.164.675	200.000	1.586.976
Adições					117.768	129.330	247.098
Transferências e abates					500		500
Saldo final em 30 de Junho de 2011			140.816	81.485	1.282.943	329.330	1.834.574
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2010			47.604	81.485	1.144.086		1.273.175
Amortização do exercício			12.217		9.378		21.595
Alienações, abates e transferências			(195)		500		305
Saldo final em 30 de Junho de 2011			59.626	81.485	1.153.964		1.295.075
Valor líquido			81.190		128.979	329.330	539.499

30.06.2010	DESPESAS DE INSTALAÇÃO	DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO	PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	TRESPASSES	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ACTIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Activo bruto:							
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2009	13.601	4.099.769	165.310	1.065.053			5.343.733
Transferências e abates	(13.601)	(4.099.769)	(24.212)	(983.568)	1.181.045		(3.940.105)
Saldo final em 30 de Junho de 2010			141.098	81.485	1.181.045		1.403.628
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2009	13.601	3.906.697	24.233	1.065.053			5.009.584
Amortização do exercício			12.172		18.188		30.360
Alienações, abates e transferências	(13.601)	(3.906.697)	(512)	(983.568)	1.120.074		(3.784.304)
Saldo final em 30 de Junho de 2010			35.893	81.485	1.138.262		1.255.640
Valor líquido			105.205		42.783		147.988

Procedeu-se em 2010 ao abate de valores registados na rubrica de “Despesas de Desenvolvimento”, no montante de aproximadamente 233.000 Euros, na medida em que deixaram de cumprir com os critérios de reconhecimento de um activo, nomeadamente, por ter aumentado significativamente a incerteza quanto à capacidade de geração de benefícios económicos futuros.

O restante saldo de “Despesas de Desenvolvimento” foi reclassificado para a rubrica “Programas de Computador”.

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

30.06.2011	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIP. BÁSICO	EQUIP. DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTR.	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	ADIANTAMENTOS P/ CONTA IMOB. CORPÓREAS	TOTAL
Activo bruto:									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2010	16.215.089	87.181.644	59.512.044	58.358.849	7.719.612	4.197.971	1.441.335		234.626.544
Adições	101.250	631.402	400.700	18.956.586	56.045	9.604	99.924		20.255.511
Alienações e abates	(109.247)	(1.288.219)	(84.224)	(12.512.014)	(19.690)	(1.180)			(14.014.574)
Transferências		11.612			(500)		(16.700)		(5.588)
Saldo final em 30 de Junho de 2011	16.207.092	86.536.439	59.828.520	64.803.421	7.755.467	4.206.395	1.524.559		240.861.893
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2010		54.507.624	50.353.072	20.822.436	7.119.409	3.380.675			136.183.216
Amortização do exercício		1.390.961	1.208.952	5.845.382	112.551	119.052			8.676.898
Alienações, abates e transferências		(788.153)	(27.516)	(4.651.655)	(19.881)	(1.039)			(5.488.244)
Saldo final em 30 de Junho de 2011		55.110.432	51.534.508	22.016.163	7.212.079	3.498.688			139.371.870
Valor líquido	16.207.092	31.426.007	8.294.012	42.787.258	543.388	707.707	1.524.559		101.490.023

30.06.2010	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIP. BÁSICO	EQUIP. DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTR.	OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	ADIANTAMENTOS P/ CONTA IMOB. CORPÓREAS	TOTAL
Activo bruto:									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2009	16.608.116	84.266.504	59.761.355	47.009.517	7.872.652	4.186.655	3.825.199		223.529.998
Adições	488.336	1.706.002	163.215	19.416.528	33.940	48.639	1.445.694		23.302.354
Alienações e abates		(1.024.675)	(690.553)	(9.900.791)		(43.000)	(3.766)		(11.662.785)
Transferências	1.508.104	(2.120.324)	7.474	368.675	(42.236)	18.132	(196.234)		(456.409)
Saldo final em 30 de Junho de 2010	18.604.556	82.827.507	59.241.491	56.893.929	7.864.356	4.210.426	5.070.893		234.713.158
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2009		53.242.926	48.922.790	17.534.068	7.134.775	3.207.617			130.042.176
Amortização do exercício		1.925.405	1.288.080	4.710.502	132.930	122.547			8.179.464
Alienações, abates e transferências		(2.503.456)	(691.761)	(4.520.218)	(47.877)	(22.075)			(7.785.387)
Saldo final em 30 de Junho de 2010		52.664.875	49.519.109	17.724.352	7.219.828	3.308.089			130.436.253
Valor líquido	18.604.556	30.162.632	9.722.382	39.169.577	644.528	902.337	5.070.893		104.276.905

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas que se encontram ao serviço do Grupo, bem como a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo e para aluguer operacional a clientes.

Durante o período findo em 30 de Junho de 2011, o Grupo transferiu o montante bruto de 335.558 Euros (e respectivas amortizações no montante de 289.256 Euros) do seu activo fixo tangível (da rubrica “Edifícios e outras construções”) para a rubrica “Propriedades de investimento”, em virtude dos referidos imóveis terem cessado a sua utilização para o desenvolvimento da actividade operacional do Grupo, tendo passado a ser arrendados a entidades externas.

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 30 de Junho de 2011, 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Junho de 2010, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a activos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respectivo arrendamento ou para valorização. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os proveitos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Proveitos financeiros” e ascenderam a 672.263 Euros no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 (1.275.652 Euros em 30 de Junho de 2010) (Nota 33).

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas reportadas a 31 de Dezembro de 2010, efectuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 51,6 milhões de Euros.

O detalhe dos activos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 30 de Junho de 2011, 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Junho de 2010, pode ser detalhado como se segue:

Imóvel	LOCAL	JUN-11		DEZ-10		JUN-10	
		VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO (2010)	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO (2010)	VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	VALOR DE AVALIAÇÃO (2008)
Instalações Fabris	V.N. Gaia	1.036.746	11.035.000	1.107.830	11.035.000	1.234.003	11.000.000
Instalações Fabris	Carregado	7.666.250	24.100.000	7.729.468	24.100.000	3.875.685	26.000.000
Armazém industrial	V.N. Gaia	1.508.339	5.235.000	1.559.960	5.235.000	1.652.292	5.034.000
Instalações Comerciais	Vários locais	3.401.102	6.536.000	3.455.617	6.536.000	4.250.067	8.113.000
Terrenos não utilizados	Vários locais	3.110.724	4.675.000	3.057.652	4.675.000	3.554.828	4.134.000
		16.723.161	51.581.000	16.910.528	51.581.000	14.566.875	54.281.000

O justo valor das propriedades de investimento, que é objecto de divulgação em 30 de Junho de 2011, foi determinado por avaliação imobiliária efectuada nos exercícios de 2010 e 2008 por uma entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento).

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 30 de Junho de 2011 e 2010 foi como se segue:

Valor bruto	30.06.2011	
	TERRENOS	EDIFÍCIOS
Saldo Inicial	8.919.187	32.633.940
Transferências	53.072	335.558
Perda por Imparidade		
Saldo final	8.972.259	32.969.498

Amortizações Acumuladas	30.06.2011	
	TERRENOS	EDIFÍCIOS
Saldo Inicial		24.642.599
Aumentos		286.141
Transferências		289.856
Saldo final		25.218.596

Valor bruto	30.06.2010	
	TERRENOS	EDIFÍCIOS
Saldo Inicial	9.107.019	28.223.703
Transferências	(643.472)	2.496.441
Perda por Imparidade	(924.446)	
Saldo final	7.539.101	30.720.144

Amortizações Acumuladas	30.06.2010	
	TERRENOS	EDIFÍCIOS
Saldo Inicial		21.253.930
Aumentos		405.822
Transferências		2.032.618
Saldo final		23.692.370

7. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica “diferenças de consolidação”.

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efectuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com uma periodicidade anual.

8. INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 os movimentos ocorridos na rubrica “Investimentos disponíveis para venda” foi como se segue:

NÃO CORRENTES	JUN-11	JUN-10
Justo valor em 1 de Janeiro	3.395.705	5.367.157
Aquisições durante o semestre	29.012	3.604.898
Aumento/(diminuição) no justo valor	(22.328)	(163.117)
Alienações durante o semestre		(5.305.020)
Justo valor em 30 de Junho	3.402.389	3.503.918
Saldo em 30 de Junho	3.402.389	3.503.918

Durante o período procedeu-se à aquisição de acções de sociedades cotadas na Euronext Lisboa (BCP).

A 30 de Junho de 2011, os “Investimentos disponíveis para venda” incluem o montante de 316.839 Euros correspondente a acções de sociedades cotadas na Euronext Lisboa (BCP), estando os mesmos registados ao seu justo valor (o custo de aquisição das referidas acções ascendeu a 617.463 Euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de (300.624) Euros. Encontra-se ainda contabilizado nesta rubrica o montante de 3.020.913 Euros correspondentes a Unidades de Participação do Címvovel - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado estando as mesmas registados ao valor da Unidade de Participação divulgada a 30 de Junho de 2011 (o custo de aquisição das referidas acções ascendeu a 3.013.947 Euros, encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 6.966 Euros. Os restantes “Investimentos disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 do registo dos “Investimentos disponíveis para venda” ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	JUN-11	JUN-10
Variação no justo valor	(22.328)	(163.117)
Imposto diferido passivo	5.917	43.226
	(16.411)	(119.891)
Perda de imparidade (Nota 24)		
	(16.411)	(119.891)

9. INVENTÁRIOS

Em 30 de Junho de 2011, 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Junho de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	JUN-11	DEZ-10	JUN-10
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	10.178.179	9.398.703	7.884.818
Produtos e Trabalhos em Curso	3.876.749	6.235.204	7.680.921
Produtos acabados e Intermédios	3.488.580	3.869.884	7.325.760
Mercadorias	47.347.162	49.655.887	59.389.660
	64.890.670	69.159.678	82.281.159
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 24)	(2.472.330)	(2.361.786)	(2.239.310)
	62.418.340	66.797.892	80.041.849

O custo das vendas, nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 foi apurado como se segue:

	JUN-11			JUN-10		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	49.655.887	9.398.703	59.054.590	51.975.486	8.454.175	60.429.661
Compras Líquidas	96.105.827	15.062.917	111.168.744	155.097.955	19.591.746	174.689.701
Existências Finais	(47.347.162)	(10.178.179)	(57.525.341)	(59.389.660)	(7.884.818)	(67.274.478)
Total	98.414.552	14.283.441	112.697.993	147.683.781	20.161.103	167.844.884

A variação da produção nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 foi apurada como se segue:

	PRODUTOS ACABADOS, INTERMÉDIOS E PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	JUN-11	JUN-10
Existências finais	(7.365.329)	(15.006.681)
Regularização de existências	37.426	16.608
Existências iniciais	10.105.088	11.126.091
Total	2.777.185	(3.863.982)

10. CLIENTES

Em 30 de Junho de 2011, 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Junho de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ACTIVOS CORRENTES			ACTIVOS NÃO CORRENTES		
	JUN-11	DEZ-10	JUN-10	JUN-11	DEZ-10	JUN-10
Cientes, conta corrente	49.414.683	71.282.984	69.836.057	1.490.105	1.556.626	1.872.341
Cientes, letras a receber	80.876	76.650	11.512			
Cientes cobrança duvidosa	10.360.104	10.327.614	11.164.714			
	59.855.663	81.687.248	81.012.283	1.490.105	1.556.626	1.872.341
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 24)	(12.871.318)	(12.878.734)	(13.166.879)			
	46.984.346	68.808.514	67.845.404	1.490.105	1.556.626	1.872.341

As contas a receber de Clientes classificadas como activos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 6 anos, e se encontram a vencer juros).

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efectua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

11. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 30 de Junho de 2011, 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Junho de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	JUN-11	DEZ-10	JUN-10
Adiantamentos a fornecedores	36.244	32.737	61.075
Outros devedores	7.818.770	7.937.888	8.395.111
	7.855.014	7.970.625	8.456.186

A rubrica "Outros devedores" inclui o montante de, aproximadamente, 5 Milhões de Euros (5,1 Milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2010 e 5,5 Milhões de Euros em 30 de Junho de 2010) que corresponde a adiantamentos efectuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da actividade de retalho automóvel os quais foram integralmente facturados em exercícios anteriores, sendo que o montante a receber se estima que venha a ser suportado por terceiros no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda em 30 de Junho de 2011, o montante de, aproximadamente, 800.000 Euros a receber da empresa relacionada Caetano Retail (Norte), SGPS, S.A. (2 Milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Junho de 2010).

12. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2011, 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Junho de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	JUN-11	DEZ-10	JUN-10
Acréscimos de proveitos			
Reclamações de garantia	460.745	332.514	352.664
Comparticipação em frotas e campanhas	266.829	146.177	111.805
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	239.594	229.228	47.600
Bónus de fornecedores	12.000	217.593	29.090
Comissões			67.159
Outros	412.497	382.049	431.514
	1.391.665	1.307.561	1.039.832
Custos diferidos			
Seguros	267.344	204.984	241.548
Juros	209.096	146.186	68.419
Custos oficiais	84.459	83.297	
Rendas	51.882	135.440	
Outros	147.292	238.424	283.437
	760.073	808.331	593.404
Total	2.151.738	2.115.892	1.633.236

13. IMPOSTOS E IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe e movimento no semestre dos montantes e a natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 30 de Junho de 2011 e 2010, podem ser resumidos como se segue:

	DEZ-10	IMPACTO EM RESULTADOS	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	30.06.2011 JUN-11
Impostos diferidos activos:				
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.156.801			1.156.801
Prejuízos fiscais reportáveis	215.574			215.574
Efeito da conversão para os IFRS:				
Anulação de immobilizações	1.036.015	(59.681)		976.334
Anulação de custos diferidos	37.040			37.040
Valorização de instrumentos derivados	61.067	(46.317)		14.750
	2.506.497	(105.998)		2.400.499
Passivos por impostos diferidos:				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.124.447)	1.437		(1.123.010)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de immobilizações	(426.002)			(426.002)
Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(190.529)			(190.529)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(30.557)			(30.557)
Valorização de instrumentos derivados		(11.761)		(11.761)
	(1.771.535)	(10.324)		(1.781.858)
Efeito líquido (Nota 27)		(116.322)		

	DEZ-09	IMPACTO EM RESULTADOS	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	30.06.2010 JUN-10
Impostos diferidos activos:				
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.051.730	(56.187)		995.543
Prejuízos fiscais reportáveis	133.607			133.607
Anulação de immobilizações	305.970	913.195	(140.001)	1.079.164
Anulação de custos diferidos	59.998	(32.066)		27.932
Valorização de instrumentos derivados	246.893	(73.319)	43.226	216.800
Provisões para gratificações		11.235		11.235
	1.798.198	762.858	(96.775)	2.464.281
Passivos por impostos diferidos:				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.058.113)	12.557		(1.045.556)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de immobilizações	(484.148)	29.074		(455.074)

Gastos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente		18.568	(185.676)	(167.108)
Mais valia fiscal de acordo n.º7 Art.º7 Lei 30/G 2000	(36.669)	3.056		(33.613)
Reserva cativa			(96.626)	(96.626)
	(1.578.930)	63.255	(282.302)	(1.797.977)
Efeito líquido (Nota 27)		826.113	(379.077)	

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de quatro anos (seis anos para prejuízos fiscais referentes a exercícios anteriores a 2011) após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2010 (data das últimas declarações fiscais entregues), as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados activos por impostos diferidos eram como se segue:

	PREJÚZO FISCAL	DEZ-10 IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS	DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO
Com limite de data de utilização:			
Gerados em 2005			
- Caetano Retail (Norte) SGPS SA	69.055		2011
- Caetano Components, S.A.	233.848	58.463	2011
- Caetano Colisão, S.A.	396.421		2011
Gerados em 2006			
- Caetano Retail (Norte) SGPS S.A.	2.059		2012
- Caetano Colisão, S.A.	388.146		2012
Gerados em 2007			
- Caetano Retail (Norte) SGPS S.A.	63.772		2013
- Auto Partner CA, S.A.	219.604		2013
- Caetano Colisão, S.A.	1.100.930		2013
Gerados em 2008			
- Caetano Retail (Norte) SGPS S.A.	70.511		2014
- Caetano Colisão, S.A.	117.929		2014
- Auto Partner CA, S.A.	343.145	85.786	2014
Gerados em 2009			
- Caetano Retail (Norte) SGPS S.A.	48.248		2015
- Auto Partner CA, S.A.	409.584	71.325	2015
	3.463.252	215.574	

Numa óptica de prudência, algumas das Empresas do Grupo Toyota Caetano não procedem ao registo dos activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis.

Em 30 de Junho de 2011 e 2010 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos activos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

País origem da filial:	TAXA DE IMPOSTO	
	30.06.2011	30.06.2010
Portugal	26,5% - 25%	26,5% - 25%
Cabo Verde	35,0%	35,0%
Reino Unido	30,0%	30,0%

Com excepção da Movicargo, as empresas do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69.º e 70.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2006 a 2010 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as empresas

sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de Junho de 2011, 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Junho de 2010 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	JUN-11	DEZ-10	JUN-10
Numerário	148.975	156.425	223.285
Depósitos bancários	11.775.549	19.945.500	20.019.959
Equivalentes a Caixa	(1.816)	450	27.109
	11.922.708	20.102.375	20.270.353

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 30 de Junho de 2011 no montante de, aproximadamente, 130 Milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras actividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

15. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Junho de 2011, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A.	60,00%
Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

16. CAPITAL PRÓPRIO

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 28 de Abril de 2011, foi pago um dividendo de 0,19 Euros por acção (dividendo total de 6.650.000 Euros). Em 23 de Abril de 2010, o dividendo pago foi de 0,15 Euros por acção (dividendo total de 5.250.000 Euros).

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tenham sido alienados.

Reservas de conversão

As reservas de conversão reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor reflectem as variações de justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

17. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

O movimento desta rubrica durante os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 foi como se segue:

	JUN-11	JUN-10
Saldo inicial em 1 de Janeiro	1.081.820	3.284.681
Varição resultante da aquisição de participação		(2.398.922)
Outros	(51.649)	33.257
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	(24.679)	(1.142)
	1.005.492	917.874

18. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2011, 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Junho de 2010 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	JUN-11			DEZ-10			JUN-10		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Empréstimos bancários	55.460.000	-	55.460.000	59.000.000	250.000	59.250.000	75.670.198	250.000	75.920.198
Descobertos bancários	366.278	-	366.278	354.790	-	354.790	699.447	-	699.447
Outros empréstimos	566.623	1.826.359	2.392.982	210.612	1.908.747	2.119.359	-	2.119.358	2.119.358
	56.392.901	1.826.359	58.219.260	59.565.402	2.158.747	61.724.149	76.369.644	2.369.358	78.739.002

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 1,35 % e 4,25 %.

19. FORNECEDORES

Em 30 de Junho de 2011, 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Junho de 2010 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades são liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

20. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS E ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2011, 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Junho de 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	PASSIVOS CORRENTES			PASSIVOS NÃO CORRENTES		
	JUN-11	DEZ-10	JUN-10	JUN-11	DEZ-10	JUN-10
Retenção de impostos sobre o Rendimento	694.807	349.190	390.532			
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.815.137	11.641.562	7.764.191			
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (imposto estimado) (Nota 27)	517.730	3.449.654	1.875.834			
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (imposto recuperar)	267.201	-	411.137			
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (RETGS)	-	-	(747.465)			
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (pagamentos por conta e ret. fonte)	(570.633)	(2.133.025)	(478.345)			
Imposto Automóvel	2.089.739	3.836.667	4.407.327			
Direitos aduaneiros	137.396	727.142	623.901			
Contribuições para a Segurança Social	847.319	733.598	923.114			
Outros	205.688	214.186	339.951			
	9.004.383	18.818.974	15.510.177			
ACCIONISTAS	37.535	59.825	156.229			
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	300.840	636.666	583.303			
FORNECEDORES DE IMOBILIZADO, CONTA-CORRENTE	1.543.114	1.689.397	1.747.760	5.888.646	6.621.087	7.458.602
OUTROS CREDITORES	1.083.653	2.626.075	1.935.572			
	11.969.525	23.830.937	19.933.041	5.888.646	6.621.087	7.458.602

21. OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2011 a rubrica “Outros Empréstimos” é constituída por um montante relativo a um subsídio reembolsável ao investimento recebido em 2010, com o seguinte plano de reembolso:

2012	839.301
2013 e seguintes	1.553.681
	2.392.982

22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2011, 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Junho de 2010 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como se segue:

	JUN-11	DEZ-10	JUN-10
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS			
Encargos com férias e subsídios de férias	7.239.435	6.036.037	8.499.673
Campanhas publicitárias e promoção vendas	1.580.534	780.628	602.684
Especialização de custos afectos a viaturas vendidas	1.477.138	2.349.319	730.364
Comissões a liquidar	904.985	693.720	193.820
Antecipação de encargos com FSE's	660.185		825.516
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	332.332	710.473	599.099
Juros a liquidar	156.083	122.934	260.916
Reclamações de garantia	140.060		708.655
Trabalhos especializados	138.439		106.368
Seguros a liquidar	126.434	224.903	265.558
Royalties	79.563		63.423
Custos “extracare” com garantias “Optimo”			262.590
Outros	913.237	2.166.863	2.720.475
	13.748.425	13.084.877	15.839.141
PROVEITOS DIFERIDOS			
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	1.011.011	890.257	1.500.565
Juros debitados a clientes	60.912	80.148	120.868
Valor recebido da API, no âmbito do POE			59.936
Subsídio ao investimento	697.630	706.936	
Diferimento do rédito		2.271.797	
Outros	169.980	171.009	502.502
	1.939.533	4.120.147	2.183.871
Total	15.687.957	17.205.024	18.023.012

23. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e 23 de Dezembro de 2002.

Em 30 de Junho de 2011, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Components, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Em 19 de Dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 de Dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a acta de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 Janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os reformados e beneficiários de pensões diferidas à data de 1 de Janeiro de 2008, bem como para todos os trabalhadores associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de Janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de Dezembro de 2008 foi recepcionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de Janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de Janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades actuariais apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tâbuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2011 foi efectuada no Grupo Toyota Caetano uma dotação para reforço do Fundo de Pensões em apreço, que ascendeu a, aproximadamente, 690 milhares de Euros (538 milhares de Euros em 30 de Junho de 2010), a qual se encontra registada na rubrica da demonstração dos resultados “Custos com o pessoal”.

24. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 foi o seguinte:

Rubricas					30.06.2011
	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES E DIMINUIÇÕES	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos (Nota 8)	1.781.995				1.781.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 10)	12.878.734		(7.416)		12.871.318
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 9)	2.361.786	149.956	(39.412)		2.472.330
Provisões	1.101.702	43.290	806.293		338.698

Rubricas					30.06.2010
	SALDOS INICIAIS	AUMENTOS	UTILIZAÇÕES E DIMINUIÇÕES	OUTRAS REGULARIZAÇÕES	TOTAL
Perdas de imparidade acumuladas investimentos (Nota 8)	1.471.651		(1.469.656)		1.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 10)	13.050.481	492.028	(375.630)		13.166.879
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 9)	2.382.475	111.288	(254.453)		2.239.310
Provisões	828.133	535.335	(55.408)		1.308.060

Em 30 de Junho de 2011, 31 de Dezembro de 2010 e 30 de Junho de 2010, o detalhe da rubrica “Provisões” é como se segue:

	JUN-11	DEZ-10	JUN-10
Gratificações aos colaboradores			342.398
Provisão para garantias	138.684	126.688	137.939
Processos Judiciais em curso	200.014	975.014	707.723
Contingências fiscais			120.000
	338.698	1.101.702	1.308.060

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo Toyota Caetano existentes em 30 de Junho de 2011 respeitam a “swaps” de taxa de juro (“cash flow hedges”) contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos, que embora não cumprindo os requisitos para serem designados instrumentos de cobertura, contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a optimização do custo do funding.

O justo valor destes derivados em 30 de Junho de 2011 ascendia a (44.381) Euros.

Estes instrumentos derivados foram avaliados tendo em consideração os cash flows estimados resultantes dos mesmos. É intenção do Grupo Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros decorrentes destes instrumentos.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pela entidade bancária com quem os instrumentos foram contratados. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos “cash-flows” futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do “leg” fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do “leg” variável do instrumento derivado. A referida mensuração, enquadra-se no nível 2 de hierarquia de justo valor, previsto no parágrafo 27-A da IFRS7 (inputs de mensuração com base em pressupostos indirectamente observáveis no mercado).

26. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Em 30 de Junho de 2011, 31 de Dezembro de 2010, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	JUN-11	DEZ-10
Por Créditos Abertos	1.999.513	2.013.588
Por Fianças Prestadas	12.078.088	12.078.088
	14.077.601	14.091.676

Dos montantes apresentados em 30 de Junho de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, relativos a “Fianças Prestadas”, No montante de 8.080.910 Euros refere-se a caução prestada à Direcção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Existências alvo de importação.

27. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 e 2010 são detalhados como se segue:

	JUN-11	JUN-10
Imposto corrente (Nota 20)	517.730	1.883.337
Imposto diferido (Nota 13)	116.322	(826.113)
	634.052	1.057.224

28. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2011 e 2010, foram calculados

tendo em consideração os seguintes montantes:

	JUN-11	JUN-10
Resultado		
Básico	495.492	6.290.546
Diluído	495.492	6.290.546
Número de acções	35.000.000	35.000.000
Resultados por acção (básico e diluído)	0,014	0,180

Durante os períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 não ocorreu qualquer alteração ao número de acções.

29. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos períodos findos em 30 de Junho de 2011 e 2010, o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:

30.06.2011	NACIONAL								EXTERNO					ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS				EQUIPAMENTO INDUSTRIAL			OUTROS	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS		EQUIPAMENTO INDUSTRIAL				
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ALUGUER	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER		INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER		
RÉDITOS															
Volume de negócios	13.392.072	161.755.743	10.308.836	2.080.171	4.351.253	1.303.531	5.457.036		7.707.578	9.416.929	156.995	6.740		(58.817.252)	157.119.631
RESULTADOS															
Resultados operacionais	(1.928.590)	3.924.864	(213.909)	(196.295)	(18.690)	779.493	539.923	(212.268)	(1.617.079)	514.966	1.267	3.918		(754.801)	822.800
Resultados financeiros	(75.088)	(420.996)	(4.770)	(130.561)	(11.685)	(7.851)	(258.330)	14.390	(43.472)	(21.040)	(853)	(41)		1.267.041	306.744
Resultados líquidos com interesses minoritários	(2.002.237)	1.675.469	1.179.678	(326.857)	(30.374)	734.719	263.171	(197.879)	(1.660.551)	404.687	394	3.691		451.581	495.492
OUTRAS INFORMAÇÕES															
Activos	69.647.921	196.572.529	30.247.597	21.889.190	7.791.453	503.718	48.093.099	35.879.394		9.857.367				(159.350.023)	261.132.244
Passivos	30.420.641	108.002.359	7.302.643	20.741.087	3.096.869	212.171	23.901.463	12.882.807		146.238				(80.066.325)	126.639.952
Investimentos em Associadas (1)															
Dispendios de capital fixo (2)	510.088	1.190.711	225.607	8.049.438	89.766	13.289	2.566.251			45.777				(720.042)	11.970.886
Depreciações (3)	936.048	2.142.273	671.345	1.431.397	132.816	19.663	3.280.839			101.194				(17.082)	8.698.493

30.06.2010	NACIONAL								EXTERNO					ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO
	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS				EQUIPAMENTO INDUSTRIAL			OUTROS	VEÍCULOS AUTOMÓVEIS		EQUIPAMENTO INDUSTRIAL				
	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	ALUGUER	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER		INDÚSTRIA	COMÉRCIO	MÁQUINAS	SERVIÇOS	ALUGUER		
RÉDITOS															
Volume de negócios	16.030.899	243.317.362	11.291.298	4.529.308	3.841.677	1.426.335	5.370.865		6.370.990	10.016.559	129.725	3.311	52.604	(84.826.553)	217.554.380
RESULTADOS															
Resultados operacionais	(1.222.585)	2.719.772	2.877.874	(46.219)	22.721	893.401	416.150	1.446.003	(895.055)	586.166	6.341	2.215	(5.492)	1.083.417	7.884.709
Resultados financeiros	(78.472)	(336.568)	(33.101)	47.990	(24.229)	(7.749)	(177.796)	707.846	(31.234)	(13.187)	(611)	(21)	(151)	(589.655)	(536.939)
Resultados líquidos com interesses minoritários	(1.301.721)	1.549.083	2.772.043	1.771	(2.042)	719.054	193.770	1.728.370	(926.289)	451.277	4.652	1.781	(5.643)	1.104.440	6.290.546
OUTRAS INFORMAÇÕES															
Activos	85.592.545	191.875.040	48.324.769	25.646.340	10.289.602	13.751.599	40.454.470	41.926.354		10.508.246				(160.521.634)	307.847.330
Passivos	43.539.684	122.061.810	16.495.163	23.456.816	4.914.797	6.859.392	20.178.967	20.269.008		885.267				(86.456.366)	172.204.539
Investimentos em Associadas (1)															
Dispendios de capital fixo (2)	333.937	(687.484)	(665.090)	6.902.973	60.927	8.985	6.251.195			14.749				6.592.555	18.812.746
Depreciações (3)	1.176.908	2.099.362	804.895	903.352	156.352	23.059	3.029.549			91.492				(75.144)	8.209.824

(1) Pelo Método de Equivalência Patrimonial

(2) Investimento: (Variação do Activo Líquido Corpóreo e Incorpóreo) + (Amortizações do Exercício)

(3) Do Exercício

A linha "Volume de negócios" inclui as rubricas Vendas, Prestação de Serviços e o montante de cerca de 4.795.000 Euros (4.564.000 Euros em Junho de 2010) referente a Aluguer de Equipamento contabilizados na rubrica Outros Provedimentos Operacionais.

A coluna “Eliminações” inclui essencialmente a anulação das transacções entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento “Veículos Automóveis”.

30. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os períodos de seis meses findos em Junho de 2011 e 2010, o número médio de pessoal foi o seguinte:

PESSOAL	JUN-11	JUN-10
Empregados	1.182	1.245
Assalariados	596	688
	1.778	1.933

31. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ACTIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2011 e 2010, foi como se segue:

MERCADO	JUN-11		JUN-10	
	VALOR	%	VALOR	%
Nacional	134.717.111	88,44%	203.516.990	95,55%
Palop's	7.326.187	4,81%	6.096.630	2,86%
Alemanha	2.546.728	1,67%	754	0,00%
Espanha	279.593	0,18%	135.980	0,06%
Reino Unido	134.816	0,09%	1.200	0,00%
Outros Mercados	7.319.445	4,81%	3.238.915	1,52%
	152.323.880	100,00%	212.990.469	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por actividade é como se segue:

ACTIVIDADE	JUN-11		JUN-10	
	VALOR	%	VALOR	%
Veículos	109.377.950	71,81%	166.482.123	78,16%
Peças	28.091.241	18,44%	31.402.837	14,74%
Reparações	8.843.172	5,81%	9.844.104	4,62%
Outros	6.011.517	3,95%	5.261.405	2,47%
	152.323.880	100,00%	212.990.469	100,00%

32. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 30 de Junho de 2011 e 2010, a rubrica “Outros proveitos operacionais” tem a seguinte composição:

OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS	JUN-11	JUN-10
Aluguer de equipamento	4.911.502	4.564.075
Recuperação de garantias (Toyota)	3.265.531	3.289.104
Mais - valias na alienação de imobilizado corpóreo	1.349.652	1.629.916
Trabalhos para a própria empresa	1.054.709	1.278.795
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	813.806	1.183.385
Serviços prestados	790.789	1.405.688
Subsídios à exploração	695.836	480.595
Recuperação de despesas rendas	589.318	884.206
Recuperação de despesas de transporte	572.278	899.977
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	540.146	737.756
Materiais de consumo	204.475	17.836
Mais - valias na alienação de imobilizado financeiro		1.140.590
Recuperação de liquidações fiscais		795.911
Outros	2.165.937	1.303.059
Total	16.953.979	19.610.894

33. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS FINANCEIROS

Em 30 de Junho de 2011 e 2010, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	JUN-11	JUN-10
Juros Suportados	1.020.161	1.441.261
Diferenças de câmbio desfavoráveis		96.375
Outros custos e perdas financeiros		1.248.037
Resultados financeiros	306.744	(536.939)
	1.326.905	2.248.734

PROVEITOS E GANHOS	JUN-11	JUN-10
Juros Obtidos	435.479	330.866
Rendimentos de Imóveis (Nota 6)	672.263	1.275.652
Rendimentos de Títulos de Participações		128.287
Ganhos com instrumentos financeiros de negociação	219.163	
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros		513.929
	1.326.905	2.248.734

34. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transacções entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transacções entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas, pode ser resumido como se segue:

Empresa Relacionadas	DIVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		IMOBILIZADO	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	CUSTOS	PROVEITOS
ALBITIN- CIMFT, LDA	790	57.322	0	327.855	0	2.251	0	0	40
AMORIM BRITO & SARDINHA LDA	37	0	0	0	0	0	0	0	30
ATLANTICA, SA	5.111	0	0	0	0	0	0	0	0
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	327.418	192.895	1.296.079	255.791	25.068	7.152	109.781	121.395	87.107
CAETANO ACTIVE (SUL), LDA.	184	0	5.370	10.848	0	-1.066	4.770	0	27.424
CAETANO AUTOBODY,COMERCIO DE AUTOCARROS,SA	2.062.005	0	174.044	9.000	0	1.026	6.903	0	5.803
CAETANO CITY E ACTIVE (NORTE) SA	171.661	113.448	0	-4	113.760	370	0	0	131.843
CAETANO DRIVE SPORT URBAN (NORTE)SA	217.416	216.592	545	199.681	222.602	764	203	0	275.874
CAETANO DRIVE SPORT URBAN(CENTRO)SA	111.791	0	12.633	274.991	425.447	4.306	156.123	49.268	520.248
CAETANO DRIVE SPORT URBAN(SUL)SA	11.706	35.153	8.346	91	0	-19.940	-62.657	13.097	25.787
CAETANO FORMULA (NORTE),SA	1.347	200.576	0	89.681	143.227	5.523	12.742	0	33.351
CAETANO MOTORS (NORTE), SA	1.153	0	0	0	0	0	259	0	459
CAETANO MOTORS (SUL), SA	644	0	-3.597	379	0	-11.205	-33.551	9.853	25.862
CAETANO PARTS (NORTE) LDA	78.535	332.491	176.925	622.381	0	109.354	217.990	0	30.060
CAETANO PARTS E COLISÃO (SUL), S.A.	-206.298	504.361	-108.182	729.177	0	72	0	0	427.110
CAETANO POWER (PORTO), SA	11.634	29.953	0	50.345	0	0	483	0	968
CAETANO POWER (SUL) SA	15.062	0	2.407	78	0	1.032	-56.459	0	28.633
CAETANO RETAIL (CENTRO), SGPS, S.A.	37	0	0	0	0	0	0	0	37
CAETANO RETAIL SERVIÇOS SA	5.956	0	0	0	0	0	0	0	13.174
CAETANO SPAIN, SA	317.746	242	136.753	0	0	0	242	0	0
CAETANO STAR (SUL) SA	72.792	0	38.000	129.254	0	5.191	-8.158	0	48.426
CAETANO TECHNIK (SUL), SA	135	3.466	1.410	0	0	604	-53.371	0	25.190
CAETANO TECHNIK E SQUADRA LDA	141.956	76.363	16.555	0	87.943	21.532	81.099	13.616	51.110
CAETANO UK LIMITED	4.672	24.101	0	0	0	0	168	0	4.672
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS SA	5.532.029	278.400	3.381.034	41.609	0	74.694	32.350	38.994	1.123.771
CAETANOLYRSA, S.A	76	2.814	0	0	0	0	2.288	0	417
CAETSU PUBLICIDADE,SA	468	213.270	0	0	0	374	1.899.286	1.500	453
CARPLUS (CENTRO) SA	8.770	0	13.345	8.415	0	5.719	0	0	18.524
CARPLUS (NORTE) LDA	33.228	14.082	16.360	98.842	11.815	6.064	8.414	536	116.525
CARPLUS (SUL), S.A.	9.738	0	24.334	230	0	446	-91.635	0	13.154
CARPLUS-COMERCIO AUTOMOVEIS SA	1.071	4.725	0	0	0	0	0	55.000	56.071
CIBERGUIA, SA	9.954	0	0	0	0	0	0	0	0
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, SA	17.495	80.959	29.271	0	109.370	13.518	86.942	0	2.650
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN	-25.769	115.959	0	0	0	0	55.096	567	0
DICUORE-DECORACAO SA	0	0	0	0	0	0	2.629	0	19.652
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	13.657	12.384	199	0	0	85	10.068	0	10.000
EUFER-CAETANO-ENERGIAS RENOVÁVEIS,LDA.	23.815	0	0	0	0	0	0	0	14.128

Empresa Relacionadas	DIVIDAS COMERCIAIS		PRODUTOS		IMOBILIZADO	SERVIÇOS		OUTROS	
	A RECEBER	A PAGAR	VENDAS	COMPRAS	AQUISIÇÕES	PRESTADOS	OBTIDOS	CUSTOS	PROVEITOS
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, SA	333.198	208.659	499.111	278.259	0	40.048	468.787	896	29.504
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQUINAS E TINTAS,SA	0	3.888	545	34.180	313	5.699	11.759	0	785
GLOBALIA AUTOMOVILES SL	0	0	-48.172	0	0	0	0	0	0
GLOBALWATT, SGPS, S.A.	37	0	0	0	0	0	0	0	30
GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, SA	577	465.270	0	0	0	0	8	0	0
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS),LDA	263.345	69.369	53.698	0	0	754.007	13.078	0	33.062
IBERICAR AUTO NIPON, SA	48.902	15.929	48.172	0	0	0	15.929	0	730
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, SA	5.506	112.421	501.620	228.361	0	3.970	108.464	218	7.468
MDS AUTO - MEDIAÇÃO SEGUROS SA	20.799	344.530	335	0	0	144	48.831	894.122	346.811
NOVEF-SGPS	19.500	0	0	0	0	0	0	0	0
POAL, SA	17.806	0	0	0	0	0	0	0	0
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, SA	63.429	34.443	124.608	0	0	171	22.812	0	443
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, SA	736	19.587	0	0	99.243	0	46.902	0	1.366
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, SA	111.007	1.195.973	1.704	5.259	2.100	55.648	2.059.851	7.924	97.526
SIMANOR - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA.	451	0	0	0	0	0	0	0	30
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, SA	1.973	0	0	0	0	0	0	0	268
MTLV - VIAGENS E LOGÍSTICA LDA.	0	0	0	0	0	0	5.902	899	899
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	0	681	0	0	0	0	0	0	0
TECNICAS DE REPARACION RAFER, SL	0	0	0	471	0	0	0	0	0
TOYOTA MOTOR CORPORATION	0	343.481	0	1.019.036	0	0	223.609	0	0
TOYOTA MOTOR EUROPE NV/SA (TME)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TURISPAIVA - SOCIEDADE TURÍSTICA PAIVENSE, LDA.	279	0	0	0	0	0	0	0	725
CIMOVEL- FUNDO IMOBILIARIO	5.078.400	7.734	0	0	0	0	0	12.192	0
CAETSU PUBLICIDADE,SA	0	615	530	0	0	227	12.048	0	0
TOVICAR, SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS,SA	39.792	8.731	0	0	0	0	0	0	0
CAISB - COMPANHIA ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO,S.A.	6.050	0	0	0	0	0	164.640	0	0
CATEDRAL DO AUTOMÓVEL,SA	908	46.046	0	0	0	0	54.072	0	0
CHOICE CAR (SGPS), SA	1.648	0	0	0	0	0	0	0	0
LAVORAUTO-ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA DE EMPRESAS,SA	0	0	0	0	0	0	52.640	0	0
LUSO ASSISTÊNCIA-GESTÃO DE ACIDENTES , SA	2.966	17.456	2.143	15.136	0	919	0	0	0
AUTO PARTNER IMOBILIARIA, SA	25.420	59.107	0	0	0	0	109.883	0	0
	15.020.750	5.463.474	6.406.126	4.429.343	1.240.889	1.088.702	5.801.220	1.220.077	3.658.200

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foram efectuadas a preços de mercado.

35. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Liquidações de Impostos:

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Face às decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995,1997, 1998 e 1999 continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros indemnizatórios. Até Junho de 2010 foram recuperados cerca de 796.000 euros registados na rubrica de "outros proveitos operacionais" (Nota 32).

Relativamente à fiscalização efectuada aos exercícios de 2003 e 2004 foram reclamadas as liquidações adicionais entretanto recebidas (que foram pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores) e que totalizaram 725.542 Euros.

Caetano – Auto, S.A.

Em relação à fiscalização efectuada ao exercício de 2003, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 453.895 Euros, entretanto paga e para a qual entendeu a Empresa apresentar também reclamação parcial do montante em causa.

Por sua vez, em relação à fiscalização efectuada ao exercício de 2004, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 677.473 Euros, entretanto paga e reconhecida como custo, para a qual a Empresa elaborou contestação, dado entender existirem razões legais válidas para a mesma. Ainda no âmbito desta fiscalização, recebeu-se notificação para a correcção de prejuízos fiscais reportáveis entretanto utilizados em exercícios anteriores, no montante de 354.384 Euros, registada na rubrica "Outros custos operacionais" em exercícios anteriores.

36. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos semestres findos em 30 de Junho de 2011 e 2010 foram como se segue:

ORGÃOS SOCIAIS	JUN-11	JUN-10
Conselho de Administração		
Remuneração Fixa	280.068	355.873
Remuneração Variável	183.016	214.537

37. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

O Grupo adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a protecção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o primeiro semestre de 2011.

38. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Salvador Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a "ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda." – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

39. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Agosto de 2011.

O TÉCNICO DE CONTAS
Alberto Luís Lema Mandim

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
José Reis da Silva Ramos – Presidente
Hiroyuki Ochiai
Miguel Silva Ramalho da Fonseca
Maria Angelina Martins Caetano Ramos
Salvador Acácio Martins Caetano
Miguel Pedro Caetano Ramos
Rui Manuel Machado de Noronha Mendes

De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos a apreciação do relatório sobre a actividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao 1.º semestre de 2011 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.

No desempenho das funções que nos foram atribuídas, procedemos, durante o período considerado, ao acompanhamento da evolução dos negócios sociais e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e à confirmação, por amostragem, dos respectivos registos.

Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

Analisamos o relatório de Revisão Limitada elaborado pelo Auditor Registado na CMVM sob o n.º 9077, com o qual concordamos.

Assim sendo,

Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 246.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., sendo que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, acontecimentos mais importantes, desempenho e posição do Grupo, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

Nestes termos, somos do parecer que as demonstrações financeiras referentes ao período com termo em 30 de Junho de 2011 reflectem de forma precisa o resultado de todas as operações desenvolvidas no mesmo período pelo Grupo Toyota Caetano Portugal.

Vila Nova de Gaia, 25 de Agosto de 2011

José Domingos da Silva Fernandes – Presidente

Takehiko Kuriyama

Introdução

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011, da Toyota Caetano Portugal, S.A., incluída: no Relatório de Gestão, na Demonstração consolidada da posição financeira (que evidencia um total de 261.132.244 euros, e um total de capital próprio de 134.492.292 euros, o qual inclui interesses não controlados de 1.005.492 euros e um resultado líquido de 520.171 euros), na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na Demonstração consolidada do rendimento integral, na Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as variações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (b) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, em particular com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira e (v) se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, em particular com a Norma Internacional de Contabilidade n.º 34 – Relato Financeiro Intercalar, e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos

- g. Com base no nosso trabalho, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação constante do Relatório de gestão não é concordante com a informação financeira consolidada do período.

25 de Agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o n.º 9077
representada por:

José Pereira Alves, R.O.C.